



## **MOVIMENTOS SOCIAIS E FORMAS DE RESISTÊNCIA COTIDIANA: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO AÇUDE CACHOEIRA DE AURORA-CE**

**Joalysson Severo Batista**

---

### **Resumo**

O artigo apresentado é parte de pesquisa de mestrado e tem por objetivo discutir, a partir da análise de documentos e relatos orais, os conflitos sociais vivenciados durante a construção do açude Cachoeira no município de Aurora, no Cariri cearense, cerca de 470 quilômetros de distância da capital Fortaleza. No início do ano de 1987 o governador do Estado, Tasso Jereissati, implantou a política de recursos hídricos com o intuito de minorar as consequências da seca no Ceará. Com isso, a partir da criação da Secretaria de Recursos Hídricos no Estado – SRH - diversos açudes foram construídos ao longo das bacias hidrográficas cearense. Na perspectiva política, as construções hídricas ganharam status de “modernização” do Estado, por outro lado, as grandes construções atingiram pequenas comunidades rurais, provocando desterritorialização de agricultores. Para o desenvolvimento desse trabalho, utilizou-se da história oral como metodologia, como também a análise de documentos como matérias de jornais, folhetos. A construção do açude Cachoeira iniciou-se em 1998, sendo concluído em meados dos anos 2000, envolto de conflitos sociais e marcado por resistências cotidianas.

**Palavras-chave:** Resistência cotidiana; movimentos sociais; sítio Cachoeira; Aurora-CE.

### **SOCIAL MOVEMENTS AND FORMS OF EVERYDAY RESISTANCE: THE BUILDING PROCESS OF THE WATER CACHOEIRA DE AURORA-CE**

### **Abstract**

The article presented is part of a master's research and aims to discuss, based on the analysis of documents and oral reports, the social conflicts experienced during the construction of the Cachoeira weir in the municipality of Aurora, in Cariri Ceará, about 470 kilometers away from the capital Fortaleza. At the beginning of 1987, the State Governor, Tasso Jereissati, implemented the water resources policy in order to mitigate the consequences of the drought in Ceará. With that, from the creation of the Secretariat

123

of Water Resources in the State - SRH - several dams were built along the hydrographic basins of Ceará. In the political perspective, water constructions gained status of “modernization” of the State, on the other hand, large constructions reached small rural communities, causing the deterritorialization of farmers. For the development of this work, oral history was used as a methodology, as well as the analysis of documents such as newspaper articles, leaflets. The construction of the Cachoeira reservoir began in 1998, and was completed in the mid-2000s, surrounded by social conflicts and marked by daily resistance.

**Keywords: Daily resistance; social movements; Sítio Cachoeira; Aurora-CE.**

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade discutir os conflitos sociais que se desenvolveram na comunidade do sítio Cachoeira no município de Aurora, no Ceará, a partir da construção do açude Cachoeira, uma obra desenvolvida pela Secretária de Recursos Hídricos do Estado. Na ocasião, o estado do Ceará passava por transformações no cenário político e entre os projetos desenvolvidos nesse período destacamos as políticas voltadas para o desenvolvimento de recursos hídricos, quando no início de 1987 o governador Tasso Jereissati criou, pela Lei Nº 11.306 de 01 de abril de 1987, a Secretária dos Recursos Hídricos do Ceará – SRH – e que por meio desta seriam implantados diversos reservatórios hídricos espalhados ao longo das bacias hidrográficas do Estado.

O desenvolvimento da política de recursos hídricos, construída pelo governo de Tasso Ribeiro Jereissati<sup>1</sup> a fim de minorar os períodos secos em diversas regiões do Estado, passou a ser considerado como um progresso para o Ceará, uma vez que o Estado era marcado por ser uma região com pouca água.

Se por um lado o “progresso” implantado pelas obras do Estado impulsionaram a imagem do governo com status de positivo para o desenvolvimento da política e economia

---

<sup>1</sup> Em 1986, Tasso Jereissati, então com 38 anos, começou a liderar o chamado "Governo das Mudanças" do Ceará, partindo da auto-representação de ruptura com o clientelismo e assistencialismo, eleito governador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1994, já pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi eleito mais uma vez governador do Ceará. Reeito para o terceiro mandato em 1998 tornou-se o segundo político a governar o Estado por três vezes em quase 110 anos de história republicana.

estadual, baseado no discurso de integralidade da economia local/global, fruto de uma perspectiva do neoliberalismo. Por outro, a medida em que cada território era escolhido para a construção dos reservatórios hídricos, comunidades sofriam os impactos da desterritorialização. As construções obrigavam os moradores a abandonarem suas comunidades para que fossem inundadas pelo “progresso” do governo. Uma dessas comunidades foi o sítio Cachoeira, em Aurora, quando em meados de 1998 os moradores foram informados do início da construção de um açude naquele território.

Nessa perspectiva, buscaremos discutir os conflitos sociais que se desenvolveram em torno do processo de construção do açude Cachoeira, proporcionando um diálogo entre teorias acerca de movimentos sociais e processos de resistência camponesa, compreender como se deu o processo de resistência dos moradores atingidos, a organização de movimentos organizados e a resistência cotidiana na busca pela manutenção de seus territórios e impedir a construção do açude.

Para o desenvolvimento desse trabalho, utilizamos como metodologia o uso da história oral a partir de entrevistas concedidas por alguns dos moradores da comunidade atingida, analisando seus relatos. Essas entrevistas foram realizadas entre os anos de 2018 e 2019 em diferentes locais, como a agrovila, onde algumas famílias foram reassentadas, como também na zona urbana do município. Utilizamos ainda como fontes de pesquisa documentos impressos e digitais presentes em materiais de jornais, folhetos produzidos por órgãos rurais e que estarão presente ao longo de nossa narrativa.

O processo de construção do açude durou cerca de dois anos, iniciando-se em 1998 e concluindo em 2000, com a inauguração do açude. Embora a obra tenha se concretizado, a resistência dos moradores atingidos ficara marcada como resistência do camponês diante do forte poder do estado.

## **MOVIMENTOS SOCIAIS E RESISTÊNCIA COTIDIANA CAMPONESA**

Com o intuito de compreendermos a discussão sobre movimentos sociais e formas de resistência, é importante trazermos à tona as discussões acerca da temática. A partir da análise das fontes, buscamos no campo teórico autores que pudessem dialogar com nosso

objeto, na tentativa de compreender a relação entre os movimentos sociais e as formas de resistência cotidiana.

De acordo com Flacks (2005), podemos considerar os movimentos sociais como “esforços coletivos com alguma duração e um certo grau de organização, que utilizam métodos não institucionalizados para provocar a mudança social” (2005, p. 48). Dessa forma, podemos compreender, a partir da análise do autor acima citado, os movimentos sociais como eventos que surgem a partir do descontentamento de determinado grupo social no qual estes se organizam na tentativa de romper ou provocar determinada mudança no aspecto social.

A análise do autor nos leva a compreender os conflitos organizados que se desenvolveram em torno da construção do açude, os movimentos que conseguiram barrar momentaneamente a construção, tais movimentos fizeram com que suas reivindicações ganhassem outros campos para além daquele território, fazendo com que os atores sociais pudessem incomodar o Estado.

No entanto, para além dos movimentos organizados podemos considerar os atos tidos como involuntários, mas que podemos encarar como a resistência do camponês frente aos aspectos “modernizantes” desenvolvidos pelo governo. Nesse sentido, buscaremos compreender os movimentos sociais e a resistência camponesa na perspectiva de James C. Scott. O autor se dedicou a pesquisar acerca da resistência camponesa nos Estados Unidos, estimulada pela guerra do Vietnã e desenvolveu seus estudos na resistência camponesa, analisando-a sob duas visões, a resistência formal, com movimentos organizados, paralisações, protestos, e também movimentos informais, como incendiar plantações, fazer fofoca, fingir trabalho.

Scott considera as ações camponesas como formas cotidianas de resistências e que, na maioria das vezes, não produzem manchetes de jornais, não repercutem como notícias e, por isso, o autor chamou de “*A história não escrita da resistência*”<sup>2</sup>. Scott (2002) citou ainda alguns exemplos que podemos considerar como resistência

---

<sup>2</sup> A expressão é típico de um artigo escrito por James C. Scott, intitulado “Formas cotidianas da resistência camponesa”, e que foi traduzido pela Professora Marilda A. de Menezes, professora do programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande, e pelo Professor Lemuel Guerra, professor do programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande. Publicado na Revista Raízes.

“silenciosa”, armas comuns dos grupos subalternos, podemos destacar ações como: “fazer ‘corpo mole’, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza” (SCOTT, 2002, p.12 ).

Ainda segundo Scott (2002), nas lutas camponesas são recorrentes os movimentos sociais que tem como características o confronto direto entre dominantes e os dominados, importância em valor simbólico para os camponeses, pela luta, pelo conflito, porém, enfrentando maiores obstáculos para a organização das ações coletivas, surge como armas aos camponeses a resistência simbólica, tendo como características as ações individuais, sem a necessidade de uma organização prévia.

Dessa forma, nos instiga a compreendermos as ações dos moradores atingidos para além dos movimentos sociais organizados. Os pensamentos do autor nos levam a analisar as “pequenas” ações desenvolvidas pelos atingidos, mas que nos evidenciam como resistência, como ações que visam contrariar os discursos dominantes estabelecidos pelo Estado, atos como invadir terras do governo, ocultar narrativas, fingir dialogar positivamente com os atores dominantes, porém desenvolvendo ações contrárias ao proposto.

Embora os movimentos organizados sejam importantes para dar maior visibilidade aos insurretos, são as resistências cotidianas que fortalecem os movimentos. Segundo o autor:

Essas formas brechtianas de luta de classe têm certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite. Entender essas formas comuns de luta é entender o que muitos dos camponeses fazem nos períodos entre as revoltas para melhor defender seus interesses. (SCOTT, 2002, p. 12)

É importante pensar a análise de Scott como uma tentativa dos camponeses de não encarar de frente as forças da classe dominante, uma vez que esse conflito aconteceria de forma desproporcional. Portanto, fazem-se necessárias as diferentes organizações para resistir.

## **A CONSTRUÇÃO DO AÇUDE CACHOEIRA**

A obra do açude Cachoeira, no município de Aurora, foi aprovada no início do ano de 1998. Naquele período o município se encontrava em um momento de estiagem. A falta de chuva e, conseqüentemente, a falta do desenvolvimento das plantações de anos anteriores obrigavam os famintos a invadirem locais públicos em busca de alimentos. Assim como no município de Aurora, outros municípios do Ceará também sofriam com ataques de pessoas famintas que buscavam alimentos pela sobrevivência. Lavras da Mangabeira, Santana do Cariri, Mauriti, Granjeiro, foram saqueados por grupos famintos em busca de comida. Um dos principais veículos de comunicação no cariri, o “*Jornal do Cariri*” noticiou, em março de 1998, a seqüência de ocupações sofridas pelos municípios.

Dentre essas matérias, destaco um dos fatos ocorridos no município de Aurora.

A polícia Federal foi chamada para resolver o caso do saque à merenda escolar no município de Aurora, no Cariri. Na semana passada, cerca de 400 homens entraram na cidade e levaram 4.500 quilos de alimento que iriam servir de lanche para três escolas, cerca de cinco mil crianças. O pintor aposentado... viu tudo. Ele conta que ouviu primeiro gritos dizendo “Nós queremos comer”. Depois o grupo saiu para o prédio da REFSA, que serve como depósito para a prefeitura, botaram a porta abaixo e levaram tudo. (JORNAL DO CARIRI, 1998)

A reportagem conduzida pelo Jornal do Cariri, noticiava a ocupação ao armazém da prefeitura do município, que aconteceu no início do ano de 1998. Dessa forma, os acontecimentos incomodavam o governo, uma vez que os projetos desenvolvidos pelo governador Tasso Jereissati seria de acabar com a miséria.

Naquele mesmo ano, dias após o ocorrido em Aurora, o governo conseguiu autorização junto ao Conselho Nacional do Meio Ambiente, e deu início ao processo de construção do açude Cachoeira. De acordo com a Secretária de Recursos Hídricos, diversos estudos foram realizados na busca de um território que tivesse maior capacidade de armazenamento de água e, com isso, conseguir abastecer os aurorenses pelo maior período possível. O local escolhido fora o território situado na bacia do Salgado entre os municípios de Aurora e Caririação, onde se situavam a comunidade do sítio Cachoeira e adjacentes - sítios Poço do Couro, Currais Velhos e Jatobá -, lá moravam cerca de 99 famílias, distribuídas entre as comunidades atingidas. O início do projeto “açude Cachoeira” foi o declínio da comunidade do sítio Cachoeira.

Em 26 de Março de 1998 o projeto do açude Cachoeira foi aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA - , no início de outubro de 1998 a

empresa *Construtora R. Furlani*<sup>3</sup>, responsável pela construção do reservatório, chegou à comunidade do sítio Cachoeira para iniciar as atividades, porém, o contrato com a empresa só foi formalizado no final do mesmo mês.

Partindo das reflexões de Certeau (2012), podemos compreender a ação desenvolvida pelo governo cearense como *estratégia*<sup>4</sup> do próprio, visando amedrontar os moradores, impondo a ideia de subordinação por parte dos habitantes, que representavam o outro, pois de acordo com Certeau:

O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Permite capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias. E um domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo. (CERTAU, 2012, p. 94).

A partir do pensamento de Michel de Certeau, podemos compreender as ações desenvolvidas pelo Governo do Ceará, como forma de coibir manifestações futuras dos moradores, uma vez que, ao permitir a chegada da empresa na comunidade sem que houvesse um diálogo formal com os habitantes, fez com que os moradores se sentissem pressionados e abandonassem suas casas por medo das consequências, como aconteceu com o Seu Matogrosso, morador que residia próximo ao lugar escolhido para a parede do açude, sua casa foi atingida pelas primeiras explosões de pedras chegando a atingir sua residência. Matogrosso sentiu-se pressionado pela ação e saiu de sua casa antes do previsto, recebendo uma quantia em dinheiro bancado pela empresa para que pudesse procurar outro lugar para morar e depois que saísse sua indenização pudesse pagar a mesma. O morador decidiu ir de vez para a cidade, mas até então não havia negociado com o governo referente à indenização.

A chegada da Construtora R. Furlani (responsável pela obra) no sítio Cachoeira impactou os moradores, para eles a atitude representou a invasão do espaço do outro. Não só pelo fato da chegada inesperada da empresa, mas também a maneira de como se deu

---

<sup>3</sup> Contrato Nº: 036/PROURB/SRH/CE/98

<sup>4</sup>Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado... As estratégias são, portanto, ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizante), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros. (CERTAU, 2012).

essa chegada, causando estragos nas propriedades, invadindo territórios de propriedade privada, deixando os moradores sem reação no momento.

## **A RESISTÊNCIA DOS MORADORES E A LUTA PELOS DIREITOS**

Podemos pensar a resistência como o ato de uma pessoa ou determinado grupo que reage e não sucumbi às ações de outra pessoa ou um grupo dominante. Na maioria das vezes pensamos os movimentos sociais e as formas de resistência como sendo um evento organizado, onde há confrontos diretos entre os dominantes e os dominados e acabamos por não valorizar as pequenas ações individuais e não programadas como práticas de resistências e que acontecem com mais frequência.

Segundo James C. Scott (1999, p.33), “na maioria das vezes, a resistência às relações de dominação expressa-se em práticas cotidianas e discursos difusos, fragmentados, que orientam as interações cotidianas entre dominantes e dominados”. Mas não esqueçamos dos movimentos sociais, pois estes são essenciais para a luta do camponês.

Como a construção do açude já estava bastante avançada, próximo da conclusão da obra, e nenhum morador ainda havia sido indenizado, isso dificultava a saída dos habitantes do local, pois não poderiam sair sem ter para onde ir. Dessa forma, foi organizado pelos moradores um movimento que conseguiu paralisar a obra.

Sobre os movimentos organizados, conversamos com seu Joca, um dos moradores atingidos e atual morador da agrovila, durante as entrevistas para o desenvolvimento dessa pesquisa, seu Joca nos contou como ocorreu uma das manifestações organizadas pela comunidade.

*Houve uma manifestação aí por causa que eles começaram a fazer o açude, já trabalhando, bem adiantado já e sem pagar indenização a ninguém. Aí o pessoal ficou com medo deles fecharem o açude mesmo e não pagar, aí a gente ia ficar lá dentro da água sem ter direito a nada? A gente fez uma manifestação junto com o sindicato (dos trabalhos rurais de Aurora), parou a obra do açude, todo mundo foi pra cima da parede lá e paremos a obra lá, ficou parada. Até que o pessoal do Estado vieram negociaram com a gente e continuaram, aí eles pagaram logo as indenização. (Seu Joca, morador atingido).*

A negociação comentada por Joca, exposto no relato acima, se refere à reunião com representantes da Secretaria de Recursos Hídricos junto aos moradores das comunidades atingidas, ocorrida em março de 1999, entre as pautas estavam assuntos referentes aos valores das indenizações, o projeto de reassentamento dos atingidos. A partir da interação social estabelecida entre os agentes representantes do Governo e os moradores atingidos firmaram o acordo para que a empresa continuasse a construção e que os moradores fossem indenizados e reassentados à medida que a obra fosse se aproximando de suas residências.

Em setembro de 1999 os moradores organizaram um novo movimento, dessa vez questionando o não cumprimento do acordo estabelecido entre a SRH e os atingidos, feito em março do mesmo ano. A nova manifestação teve proporções ainda maiores que a primeira, contando a divulgação a partir de folhetos elaborados pela FETRAECE – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Ceará - e distribuídos no município de Aurora, nos sindicatos dos trabalhadores rurais das cidades vizinhas, de forma que o movimento ganhou outros campos. Podemos destacar trechos expostos no folheto cujo o título era “Trabalhadores (as) rurais paralisam construção de barragem em Aurora-CE”

Cerca de 300 trabalhadores (as) rurais ocuparam hoje (23/09) pela manhã a parede da barragem do Sítio Cachoeira, situado a 09 km da sede do município de Aurora-CE. A paralisação da citada obra aconteceu por vários motivos: O não pagamento da indenização das famílias atingidas pela obra (segundo informações do STR de Aurora, são 85 famílias prejudicadas até agora. Somente 10 foram indenizadas. De 1.102.000,00 somente 198.000,00 foram pagas, ou seja, 18% do montante); a não distribuição dos lotes de terra para os trabalhadores fazerem os seus plantios; a não construção da estrada; o não cumprimento do acordo feito entre a Secretaria de Recursos Hídricos e os atingidos pela barragem em março de 1999, onde assegura a indenização imediata das famílias na que medida que fossem atingidas pela obra. (FETRAECE, 1999)

O folheto expressava ainda os motivos que levaram os moradores a paralisarem. De acordo com o folheto, a paralisação da obra não significava que estes (os moradores atingidos) fossem contra a construção do açude, pois isso poderia fazer com que os aurorenses se voltassem contra os atingidos, levando em consideração que a construção

era esperada há décadas pelos moradores do município. Dessa forma, a FETRAECE destacou que:

Vale salientar que em momento algum os manifestantes se colocam contra a construção da obra. **“...acho que a mesma é importante e servirá para abastecer a cidade...”** Essa paralisação é somente para agilizar o pagamento das indenizações e exigir o cumprimento do acordo feito em março / 99, com a Secretaria de Recursos Hídricos. (1999)

O segundo movimento, organizado na parede do açude, durou quase um dia inteiro. Depois de horas de paralisação, os representantes da SRH e também da empresa responsável pela obra buscaram solucionar os conflitos com diálogos e foram ouvidos pelos moradores. Um dos moradores nos relatou a conversa entre os moradores e o Estado:

*Passamos o dia lá todinho em cima da parede, passamos o dia todo lá. Aí eles vieram negociar e disseram: é, rapaz, ainda tem que colocar mais uma camada de terra nessa parede e a gente vai botar amanhã. Aí a gente disse: a gente combina. Agora se botarem e continuarem trabalhando e não pagarem, a gente vem de novo pra cima, e se nós vier, nós não sai mais não, só sai quando pagarem. Mas aí eles continuaram, botaram a camada de terra em cima e depois vieram o pessoal do governo e negociou com a turma e pagou as “indenização” e continuou fazendo. (Joca, morador atingido)*

A partir da narrativa do nosso personagem, compreendemos o diálogo entre os moradores e os representantes do Estado, como forma de resistência, pois apesar da conversa aparentemente tranquila, ambos estavam buscando conseguir seus objetivos, o que podemos definir como uma transcrição pública que, segundo Scott, “são as interações abertas entre subordinados e aqueles que os dominaram”(1990, p. 34).

Embora o segundo movimento social que levou os moradores a ocuparem e paralisarem a construção do açude tenha durado pouco menos de um dia, teve grande repercussão positiva e fez com que o Estado voltasse a negociar com os moradores, se comprometendo a cumprir com os compromissos estabelecidos. Com isso alguns moradores que já estavam sendo prejudicados pelas águas receberam suas indenizações e passaram a desapropriar em definitivo as áreas que, aos poucos, iam sendo ocupadas por seus novos habitantes, as águas do açude Cachoeira.

Com a finalização da obra as famílias foram reassentadas de maneiras diferentes, o fator econômico das famílias foi essencial no reassentamento. De acordo com o levantamento feito pela SRH-CE, foram 99 (noventa e nove) famílias atingidas pelo processo de desapropriação. 38 (trinta e oito) famílias foram remanejadas para locais mais distantes da área, visto que suas casas não foram atingidas totalmente (não ficando cobertas), mas foi necessário manter, no mínimo, 100 metros de distância das áreas alagadas, por isso foram remanejadas. 34 (trinta e quatro) famílias promoveram o seu próprio reassentamento, foram indenizados, mas optaram por escolher suas próximas moradas. 05 (cinco) famílias se mudaram para a zona urbana de Aurora.

Para promover o assentamento de outras famílias o governo construiu a Agrovila, inaugurada em 2000, onde foram construídas 22 duas casas em um terreno adquirido pelo governo, além de uma escola e um posto de saúde para atender as principais necessidades da população, a educação e a saúde, e cada morador recebeu também um lote de terra (quintal verde) para plantio com um total de 4 hectares.

## Imagem aérea da Agrovila do Açude Cachoeira.



Fonte: Regimento Interno da Agrovila.

A imagem acima mostra a agrovila do sítio Cachoeira, as 22 casas construídas com uma única rua em formato de “L” e uma estrada que dá acesso à cidade e outra aos caminhos do açude, fruto das reivindicações dos movimentos organizados pelos moradores.

Na reunião de inauguração da Agrovila organizada com os moradores da nova habitação, que também contou com a presença de representantes do SRH, em 1º de setembro do ano 2000, para a formação da diretoria da nova associação fundada, que teria o nome de ISCA (Instituição Sócio-Comunitária da Agrovila), foi reforçada, além do “Regimento Interno da Agrovila”, uma espécie de leis de convivência no espaço social da agrovila, a cobrança sobre os direitos e deveres dos moradores da comunidade, contando com a presença da representante da SRH-CE, sendo enfatizada a manutenção da ordem e preservação das áreas de cada morador e áreas destinadas ao governo.

Na medida em que a SRH apresentava deveres a serem cumpridos, os moradores acenavam positivamente. No entanto, três meses depois de serem aprovadas pela comunidade as medidas que estabeleciam “uma boa convivência” na agrovila, as regras foram violadas. A partir de atas de reuniões, encontramos documentos que continham

relatos de constantes invasões aos terrenos reservados ao Estado, pouca frequência dos habitantes e também associados em reuniões convocadas para debater a manutenção dos equipamentos da comunidade. Em outras atas, o presidente pedia aos moradores da comunidade que contribuam com as despesas do motor; podemos destacar ainda o monitor de campo pedia aos moradores para que não invadissem ou permitisse que outras pessoas invadissem a área do governo.

Tais atos devem ser encarados como formas de resistência por parte dos moradores, as invasões aos terrenos destinados à manutenção do açude, que se transformavam em locais de pesca, a baixa frequência dos moradores nas reuniões, embora quando participavam estes assumiam o compromisso da presença.

Podemos considerar como forma de resistência as ações que aparentemente soam como incomum. Mas para Scott, essas ações caracterizadas como involuntárias, sem organização coletiva, são consideradas formas de resistência cotidiana, tidas como armas sob os domínios dos dominados. O autor afirma que,

Tenho em mente as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza. (SCOTT, 2002, p. 12).

No exposto acima Scott nos mostra que, dentre outros pontos, a falsa submissão, os saques, a dissimulação são considerados como formas de resistência cotidianas estabelecidas pelos dominados, pelos não detentores do poder. Dessa forma, podemos destacar as ações desempenhadas pelos habitantes da agrovila, como não pagar os custos do motor não respeitar a área do Estado e também não participar das reuniões, como resistências cotidianas, de modo que não se evidencie de forma explícita como se opondo as imposições do Estado.

Podemos perceber que o deslocamento das famílias atingidas não apresentou o desfecho esperado pelo Governo estadual, pois a estratégia e propagandas divulgadas pelo governo acreditavam que a finalização da Agrovila alegraria os moradores atingidos, pelo “moderno” espaço de convivência que a construção de escola, posto de saúde iriam proporcionar um novo momento positivo para a comunidade. Mas a mudança provocou marcas profundas nas vidas dessas pessoas, no qual pude perceber a partir dos depoimentos, a indignação, a tristeza foram alguns dos sentimentos que expressaram no

decorrer das entrevistas, pois a construção do açude Cachoeira mudou completamente a rotina dos habitantes do sítio Cachoeira e comunidades vizinhas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo sobre a construção do açude Cachoeira, podemos destacar alguns pontos para compreender os conflitos sociais que relacionam os grupos dominantes e os dominados. Dessa forma, percebemos as práticas desenvolvidas pelo governo como formas de dominação às classes subalternas, numa perspectiva de inserção das comunidades distantes ao modelo capitalista global. Dessa forma, podemos analisar a visão do Estado, que encara a exploração da terra como meio de produzir o capital, um novo espaço de convivência assentado na globalização, e também a visão dos moradores atingidos, que encaram a terra como meio de subsistência, além da preservação sociocultural de uma maneira de vida que não condiz com a “modernização”.

Podemos relacionar as ações desenvolvidas pelos moradores do sítio cachoeira aos pensamentos de Scott, ao imaginar resistência como o ato de uma pessoa ou determinado grupo que reage e não sucumbi às ações de outra pessoa ou um grupo dominante. Na maioria das vezes pensamos os movimentos sociais e as formas de resistência como sendo um evento organizado, onde há confrontos diretos entre os dominantes e os dominados e acabamos por não valorizar as pequenas ações individuais e não programadas como práticas de resistências e que acontecem com mais frequência, como nos afirmou Scott (2002). Na maioria das vezes, a resistência contra as relações de dominação se estabelece em práticas comuns, como a baixa presença nas reuniões, a falsa afirmação, em ações fragmentadas, representada por um jogo que envolve as interações cotidianas entre os detentores do poder e a classe subalterna. Mas não esqueçamos dos movimentos sociais, pois estes são essenciais para a luta do camponês.

Nos estudos relacionados a conflitos do campo são comuns os movimentos sociais que tem como características o confronto direto entre dominantes e os dominados, importância em valor simbólico para os camponeses, pela luta, pelo conflito, porém, enfrentando mais obstáculos para organização das ações coletivas, surge como armas aos camponeses a resistência simbólica, tendo como características as ações individuais, sem

necessidade de organização prévia. No decorrer da trama que envolve o Governo do Ceará e os habitantes atingidos pelo açude Cachoeira conseguimos destacar ambas as formas de resistências, desde a resistência real, como movimentos organizados, contando com a participação de grande parte da comunidade, como a resistência simbólica, caracterizada como fofoca, injúrias, rejeição de categorias impostas, questionamento e afastamento da deferência. Podemos considerar ambas as formas como resistência dos moradores contra as ações dominantes do Estado.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V; FERNANDES, T. M; FERREIRA, M. M. orgs. **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz 2000. 204p. ISBN 85-85676-84-1. AvailablefromSciElo Books <http://books.scielo.org>.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). **Usos e abusos da históriaoral**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Autêntica, 2013.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GEHLEN, Ivaldo; MOCELIN, Daniel Gustavo (Org). **Organização social e movimentos sociais rurais**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

MARQUES, J.; MENEZES, L.; WAGNER, A. orgs. **Barrando as barragens: o início do fim das hidroelétricas**. Manaus: UEA Edições, 2018.

MENEZES, Marilda Aparecida. **O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott**. Raízes, Campina Grande, v.21, n. 1, p. 132-44, 2002.

NARRADORES de Javé. Direção de Eliane Caffé. Brasil: Bananeira Filmes, 2004. YouTube (1h 40min), son, color.

PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). **Fontes históricas**. 3ª Ed. 3ª reimpressão. São Paulo : Contexto, 2018.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5ª Ed., 2. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas a resistência camponesa**. Revista Raízes, v. 21, n. 2, p. 10-31, 2002.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa II – A maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

VIANNA, Aurélio; Laís Menezes. **O polo Sindical e a luta dos atingidos pela barragem de Itaparica**. Rio de Janeiro, RJ: CEDI/Koinonia, 1994. v.1, p. 48.

WALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2003.

XAVIER, Antônio Roberto. A segurança pública no Ceará no “Governo das mudanças”: agenda política, fatos, feitos e promessas. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**. Marília, v. 18, Nov. 2016.

---

#### **Informações sobre o autor:**

Joalysson Severo Batista

Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Especialista em História e Cultura Afro-brasileira pela Faculdade Batista de Minas Gerais - FBMG (2019)

E-mail: [joalyssonsevero@gmail.com](mailto:joalyssonsevero@gmail.com)

Artigo recebido em 03/07/2020 e aceito em 19/03/2021